

# ESTRATÉGIAS DAS DOCENTES NA CONCILIAÇÃO DO TEMPO DO TRABALHO: esfera pública e privada

Rosimar Souza dos Santos Borges  
Ludmila Fontenele Cavalcanti

## Introdução

O presente capítulo pretende contribuir para o debate acerca das estratégias utilizadas pelas docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na conciliação do tempo de trabalho nas esferas pública e privada. O estudo faz parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado intitulada “Impacto do trabalho na saúde das docentes do ensino superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro”, realizada com 36 docentes. Utilizou-se a pesquisa qualitativa, na modalidade temática, a partir de entrevistas semiestruturadas com as docentes da UFRJ. Os resultados apontam que essa conciliação acarreta inúmeros desafios para as docentes e diferentes impactos nos processos de adoecimento.

A segunda metade do século XX, marcou profundas mudanças na situação social das mulheres que conquistaram a inserção na vida pública e, conseqüentemente, sua emancipação, representando para Bruschini (1994, p. 63) “uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país desde os anos 1970”. Isso provocou reconfiguração nas relações de gênero e alteração nos modos tradicionais e hierárquicos da família, como: arranjos conjugais, mudanças na composição familiar, formas de organização e articulação entre vida familiar e trabalho remunerado (Araújo; Veiga, 2017).

No entanto, estas novas formas de organizar a vida familiar e articulá-la à vida profissional têm sido profundamente alteradas. As mulheres se encontram submetidas às condições precárias no mercado de trabalho, visto que estão sobrecarregadas e adoecidas pela dupla jornada que exercem.

De acordo com Cisne (2015), observa-se que, mesmo a mulher alcançando a esfera pública, isso não resultou em ruptura com as responsabilidades domésticas. Pelo contrário, as atividades permanecem direta e indiretamente a cargo delas, seja por meio de uma jornada intensiva e extensiva de trabalho ou pela terceirização do cumprimento de sua obrigação.

Equilibrar as jornadas de trabalho não tem sido tarefa fácil, pois muitas mulheres se vêem obrigadas a gerir as atividades operacionais da esfera privada, o que demanda longas e cansativas horas de trabalho, sem contar aquelas que são mães de crianças menores e cuidadoras de idosos.

Segundo Noor (2002), as horas de trabalho das mulheres aumentam muito mais do que as dos homens, levando em conta que as horas de trabalho correspondem a soma das horas despendidas na esfera pública e na privada. Na educação, onde as atividades são majoritariamente exercidas pelas mulheres, não é diferente. As docentes precisam adaptar sua rotina laboral e conciliar a atividade profissional com os trabalhos domésticos, com o

cuidado dos filhos e das pessoas idosas, e, mesmo que elas não executem diretamente essas atividades, em razão do apoio de outras pessoas, têm a obrigação de gerenciá-las.

Para Zanello (2018), essa naturalização coloca a mulher em situação de intensa sobrecarga e inviabiliza o seu trabalho. Isto porque a sociedade machista e patriarcal ainda vislumbra as atividades domésticas como atribuições femininas, o que gera adoecimento. No entendimento de Santos *et al* (2020):

É preciso considerar que conciliar todas as funções já citadas, como o cuidado com a família, com a casa, a presença dos filhos em casa pela impossibilidade de retorno à escola neste momento, a vida laboral, entre tantas outras possibilidades, produz mais impactos na saúde mental e no desenvolvimento acadêmico das mulheres se comparado com os homens (p.1).

Nesse sentido, apesar dos grandes avanços conquistados nas últimas décadas pelas mulheres, torna-se cada vez mais evidente a persistência de desigualdades sociais entre homens e mulheres, tanto na esfera pública quanto na privada.

## **Estratégias na conciliação das esferas pública e privada**

De acordo com as docentes entrevistadas, encontrar estratégias na conciliação entre as esferas nem sempre é possível, pois mesmo que as mulheres consigam conciliar as tarefas, permanecem sofrendo uma sobrecarga que é invisibilizada (Salas, 2020). Não se pode negar que, na maior parte dos casos, são elas as responsáveis pelo trabalho mental da organização doméstica. A lógica do mérito e da competência que o universo acadêmico exige faz com que as docentes trabalhem além da carga horária prevista, levando tarefas para casa, o que extrapola a capacidade de conciliar as esferas pública e privada.

Marcondes (2014) entende que “esse dilema de conciliar o inconciliável marca a inserção das mulheres no mundo do trabalho, tanto nas atividades ditas produtivas, quanto nas reprodutivas, uma vez que são as mesmas indissociáveis” (p. 81).

## Compartilhar tarefas domésticas e criar rotinas

De acordo com o relato das docentes, dividir as tarefas domésticas com alguém ajuda muito, contudo, elas precisam se desdobrar para dar conta de tudo, mesmo tendo apoio. A rotina é bem pesada, precisam ministrar aulas, realizar atividades de gestão, corrigir trabalhos e provas, realizar pesquisas, produzir artigos, participar de eventos, orientar alunos, participar de projetos de extensão, além de buscar atualização constante de novos conhecimentos. Equilibrar todas essas atividades, conjuntamente com as atividades domésticas, provoca um volume de trabalho que as obrigam a fazerem malabarismo para conciliar.

Os estudos de Neto, Tanure e Andrade (2010) demonstram que, mesmo com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, as tarefas domésticas e os cuidados com as pessoas (filhos, idosos e doentes) permanecem a cargo delas. Ainda que não executem diretamente tais tarefas, estão sempre no gerenciamento delas. Isso demonstra o quanto estão sujeitas às desigualdades da divisão sexual do trabalho.

Observou-se nos depoimentos das docentes que, na ausência de uma empregada doméstica, os homens têm assumido algumas atividades, ainda que de maneira muito tímida. Sobre isso, Coltrane (2000) explica que, embora tenhamos atualmente uma maior participação dos homens nas tarefas domésticas, as mulheres permanecem trabalhando muito mais do que eles, cumprindo atividades rotineiras dentro de casa. Para esse autor, essa situação gera, por um lado, insatisfação com o casamento por parte delas, depressão e sentimentos de injustiça, e, por outro lado, implica na insatisfação conjugal.

De acordo com o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2018, sobre indicadores sociais das mulheres no Brasil, aponta-se um panorama das desigualdades de gênero nas áreas da educação, saúde, participação na vida pública, direitos humanos e economia. Os dados evidenciam que as mulheres se dedicam 70% a mais de horas com os cuidados ou tarefas domésticas do que os homens. Ao olhar para recortes regionais e raciais, essa desigualdade se torna ainda maior.

Nesse sentido, observou-se na fala das docentes entrevistadas que, por mais que contem com a ajuda de seus companheiros e/ou de outras pessoas, permanecem dedicando muito mais horas nas tarefas domésticas e no cuidado com filhos e idosos, comprometendo a conciliação entre as esferas pública e privada, além de evidenciar uma sobrecarga de trabalho. No entendimento de Carlotto (2002), “a sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias as vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas” (p. 202).

Para Nascimento (2006), as novas dinâmicas familiares ainda não propiciaram a transformação do papel dos homens na esfera da reprodução. Eles permanecem sendo coadjuvantes nas atividades que envolvam esses cuidados, sem contar que prevalece a tendência de que a esfera pública é destinada aos homens e a esfera privada às mulheres (Kergoat, 2009). Dessa forma, entende-se que, apesar das mulheres terem assumido atividades remuneradas na esfera pública e terem as atividades domésticas, em alguns casos, compartilhadas com o companheiro, permanece a lógica de que a mulher é a principal gestora das atividades na esfera privada.

Quando se trata da conciliação de tarefas com a esfera privada, não necessariamente se trata de uma conciliação entre homens e mulheres, mas de como elas se reinventam para dar conta de tudo. Segundo Ávila e Ferreira (2014), “a conciliação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo é, via de regra, uma preocupação restrita às mulheres” (p. 74).

No contexto da dupla jornada, elas se mobilizam e conseguem articular estratégias para cumprir as tarefas que lhe são impostas. Tais estratégias são, em linhas gerais, a prática de “se virar”, através do acúmulo de tarefas (Hirata, 2002), e da rede de outras mulheres que vai se formando, seja através das relações familiares, de amigos, ou até mesmo pela contratação de outras mulheres.

Muitos são os meios que as docentes têm adotado para conseguir executar as tarefas domésticas. Durante as entrevistas, uma delas relatou que utilizou, na pandemia, uma “pochete” para acompanhar as reuniões online e, de forma concomitante, realizar as tarefas de casa. Tais dificuldades têm as levado a tentarem conciliar o inconciliável, para dar conta de uma jornada desgastante.

Outra estratégia relatada pelas docentes na conciliação das esferas é criar rotinas. As docentes utilizam-se da criação de alguns ritos, que as permitem organizar melhor o dia. “(...) o que eu faço é definir horário, depois das 18h eu paro de trabalhar e faço as coisas da casa, fim de

*semana também faço as coisas da casa*”. Percebe-se, desse modo, que criar rotinas tem sido fundamental para algumas docentes equilibrarem a jornada extensa, já que a reestruturação da educação tem exigido delas maior responsabilização e, por conseguinte, maior desgaste laboral.

No entanto, entende-se que nem sempre isso oferece respostas para as demandas diárias, pois a cada dia elas se apresentam de forma diferente, ainda mais depois do legado que a Covid-19 nos deixou, que foi o trabalho remoto. *“Eu tento equilibrar, mas as coisas se confundem, nesse mundo on-line, eu já abdiquei da ideia de tentar dividir as coisas e todo dia é um dia, vai fazendo como dá?”*.

Segundo Silva (2015), o desequilíbrio entre trabalho e vida pessoal acarreta problemas físicos e emocionais, além de produzir um efeito negativo na produtividade e nas relações interpessoais. Talvez, por estas razões, muitas mulheres têm abandonado suas carreiras profissionais, por realmente não conseguirem conciliar trabalho e vida pessoal. Ao mesmo tempo em que algumas docentes conseguem cumprir as tarefas, seja através da ajuda de outras pessoas ou criando rotinas, outras apresentam dificuldades para isso.

### Ausência de fronteiras entre o público e o privado

A ausência de barreiras entre as esferas pública e privada acentuou-se ainda mais após a pandemia de Covid-19. O trabalho remoto como modelo laboral para o contexto pandêmico foi incorporado na rotina dos trabalhadores. A chamada dupla jornada que já era enfrentada pelas mulheres, após a pandemia, agravou-se. Todo tempo passou a ser tempo para tudo; não há mais barreiras entre as duas esferas, o que traz à tona inúmeros conflitos e adoecimentos.

Para Davis (2016), o trabalho feminino, de uma era histórica a outra, permanece associado ao ambiente doméstico e, muitas vezes, o esforço exercido é aceito como natural, assim como as obrigações maternas de uma mulher, o que torna seu trabalho “invisível, repetitivo, exaustivo e improdutivo” (p. 225).

As mudanças ocasionadas na rotina de vida e de trabalho das docentes têm fomentado um excesso de demandas e as levado a vivenciar novos desafios. De acordo com Ávila (2004), a questão do tempo sempre foi algo que fugiu do controle das mulheres. E, se já era complicado conciliar o tempo, após o legado da pandemia ficou inconciliável. As docentes não conseguem mais se limitar à carga horária destinada à universidade porque o tempo extrapolou a vida privada e ambos se mesclam e podem se confundir. Federici (2019) aponta que:

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro — amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo (p. 68).

Para a autora, o trabalho doméstico é imposto às mulheres como algo próprio da sua psique e da sua personalidade, oriundo da natureza feminina e transformado em um atributo natural pelo capital. Conforme Ávila (2004): “Inseridas no mundo do trabalho remunerado e responsáveis pelo trabalho doméstico, elas transitam de um espaço a outro

arcando com todas as incompatibilidades da divisão do tempo social e sujeitas à divisão sexual do trabalho” (p. 5-6).

Assim sendo, a divisão sexual do trabalho demarca o que é trabalho de homens e de mulheres na sociedade. Segundo reportagem de Rodrigues da Agência Brasil (2021), “no Brasil, em 2019, as mulheres se dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas semanais contra 11,0 horas)”.

O relatório da Oxfam (Lawson *et al*, 2020) apontou que, no mundo, as mulheres são responsáveis por 75% do trabalho doméstico, incluindo os cuidados. Ou seja, são mais de 12,5 bilhões de horas diárias despendidas por mulheres e meninas para esta tarefa, a nível global. Em se tratando do quesito raça/cor, as mulheres negras representam mais da metade daquelas que são responsáveis pelo trabalho doméstico, conforme dados do IBGE (2017).

Analisando apenas os casos em que trabalham fora de casa, observa-se que elas cumprem em média 8,2 horas a mais em obrigações domésticas comparadas aos homens. Esses dados ratificam o quanto tais atividades permanecem sob responsabilidade individual das mulheres. De acordo com Davis (2016), as atitudes sociais de varrer a casa, limpar o chão, cozinhar e lavar a roupa, permanecem associadas à eterna condição feminina.

Para Ávila e Ferreira (2014), a divisão sexual do trabalho ordena as mulheres o compromisso com o trabalho doméstico, incluindo os cuidados com crianças, através das gerações. As autoras afirmam que as avós, por exemplo, utilizam o tempo disponível para os cuidados com os/as netos/as, quando as mães não podem fazê-los, o que representa uma “obrigação estendida as mulheres, e sempre as mulheres” nos diferentes arranjos familiares. Logo, “a divisão sexual do trabalho se reordena e permanece” (p. 22).

No tocante às ferramentas tecnológicas, observa-se que apesar de se apresentarem como indicadores de progresso e de desenvolvimento para a sociedade, elas favorecem a ausência de fronteiras entre o público e o privado. Boniatti (2011, p. 102) sinaliza que “os espaços privado e público passaram a fazer parte um do outro, o que por si nos confunde e desnorteia”. Essa ausência de fronteiras provocam a reflexão sobre o modo como as novas tecnologias da informação redefinem e misturam a permanência, lugares e atividades.

De acordo com as entrevistadas: “*Isso é muito cansativo mentalmente (...), porque as pessoas querem falar com você pelo WhatsApp o tempo todo, os e-mails triplicaram (...)*”. Para Arocena (2004), a tecnologia tem potencial de multiplicar e transformar de forma qualitativa o poder de produzir e destruir, de curar e depredar, de ampliar a cultura dos seres humanos e de gerar riscos para a vida.

Outro recurso utilizado pelas mulheres são as redes de solidariedade comunitária ou familiar, na qual elas trocam entre si o cuidado com as crianças e aproveitam para fazerem outras tarefas. São, portanto, “as redes que se formam entre mulheres que garantem a inserção delas nos espaços da vida social” (Ávila, 2004, p. 9).

Neste contexto, as docentes se vêem exaustas e adoecidas com tanta conectividade e multiplicidade de tarefas. Para Silva (2017), “ensinar, agora, para além do conteúdo, é estar conectado a esta nova realidade. Surge, então, uma nova cultura, que ocupa nosso lar, nosso trabalho e a vida das pessoas” (p. 42).

Isso provoca muita exigência para as docentes que precisam ter habilidades para desempenhar várias tarefas simultaneamente junto ao trabalho doméstico, que embora seja essencial para a reprodução da força de trabalho, não é reconhecido, é visto como

“trabalho invisível”. Recentemente, um relatório divulgado pela Oxfam, sobre “Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”, revelou que apesar de o trabalho doméstico ter extrema importância para o funcionamento da sociedade, os cuidados da casa e da família permanecem sendo ignorados na construção de indicadores econômicos e agendas políticas (Lawson *et al*, 2020).

Nas palavras de Costa (2018):

Hoje as mulheres lidam com o que se achava impossível antigamente: multitarefas, sendo mães, esposas, viúvas que conciliam casa e trabalho, mesmo quando os filhos são pequenos, e tecem assim a complexa rede de responsabilidade doméstica, familiar e profissional (p. 443).

E, quando se trata da mulher negra, há uma exigência maior. Ela precisa provar que é capaz de estar em determinados espaços, além de ser muito cobrada, pois tem de fazer mais do que outras mulheres para não ficarem na invisibilidade. A única visibilidade que acabam tendo é nos afazeres domésticos, visto que são as mais demandadas para essas atividades e carregam um duplo fardo, de trabalhar dentro e fora de casa.

Assim como seus companheiros, as mulheres negras trabalham até não poder mais. Assim como seus companheiros, elas assumiram a responsabilidade de provedoras da família. As qualidades femininas não ortodoxas da assertividade e da independência — pelas quais as mulheres negras têm sido frequentemente elogiadas, mas mais comumente censuradas — são reflexos de seu trabalho e de suas batalhas fora de casa (Davis, 2016, p. 233).

Nesse sentido, Lorde (2019) aponta que: “somos mulheres negras nascidas em uma sociedade de arraigada repugnância e desprezo por tudo o que é negro e que vem das mulheres” (p. 194). Por conseguinte, Crenshaw (1994) demonstra que as experiências vividas pelos sujeitos devem ser pautadas pelo prisma da interseccionalidade, pois só assim enxergaremos as particularidades e vivências de cada grupo em sua totalidade.

A questão da produtividade acadêmica também passa a ser afetada em decorrência de muita exigência para as mulheres. De acordo com o *Jornal Gênero e Número* (Boueri; Assis, 2018), para um cientista ser valorizado, nacional e internacionalmente, por seus pares e por comitês de avaliação e seleção para financiamento de pesquisa, deve produzir publicações em revistas científicas e livros acadêmicos. Entretanto, as exigências que são postas às mulheres no mercado de trabalho e na esfera reprodutiva, as impedem de gerar o mesmo número de produções que os homens.

Com as exigências que foram sendo impostas às mulheres, tornou-se muito difícil manter a submissão regular em periódicos, em especial, para aquelas que são negras e mães, e são diretamente afetadas pela falta de tempo, decorrente da sobrecarga de trabalho e do produtivismo desigual. A pesquisa realizada pela *Revista Dados* (Candido; Campos, 2020), mostra uma variação relevante de artigos submetidos por mulheres no período pandêmico.

Metade das professoras consultadas informou que conseguiu submeter artigos durante a pandemia. Entre homens, a proporção chega a 68%. Quando a pesquisa cruza gênero, raça e parentalidade, as diferenças são gritantes. Enquanto 46% das docentes negras com filhos conseguiram submeter seus trabalhos durante o período, entre homens brancos sem filhos a proporção chega a 77%. Vale apontar que a diferença entre mulheres negras com e sem

filhos é de apenas dois pontos percentuais, enquanto entre mulheres brancas ela chega a onze pontos (Bruno, 2020, s/d).

Esses dados sinalizam que a pandemia acentuou ainda mais os desafios enfrentados pelas pesquisadoras, sobretudo, negras e mães, cuja produtividade acadêmica sofreu maior impacto (Bruno, 2020). Para Dejours (2004b), “[...] o trabalho não é, como se acredita frequentemente, limitado ao tempo físico efetivamente passado na oficina ou no escritório. O trabalho ultrapassa qualquer limite dispensado ao tempo de trabalho; ele mobiliza a personalidade por completo (p. 30).

Em meio ao cenário de dificuldades que as pesquisadoras enfrentam, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), principal agência federal de fomento à pesquisa, realizou uma inovação no mês de abril de 2021, uma demanda antiga de mulheres pesquisadoras. Possibilitou-se, através do formulário sobre a vida acadêmica dos pesquisadores, o registro dos períodos de licença-maternidade. Isso foi um grande avanço, pois as pesquisadoras passaram a contar com uma nova seção dentro da plataforma. Essa medida proporcionou às cientistas que tiveram filhos, registrar suas interrupções decorrente da maternidade em determinado período, justificando a produção acadêmica e evitando prejuízo, por exemplo, na concorrência por bolsas de pesquisa. Sem dúvida, isso é fundamental para elas permanecerem na concorrência por bolsas e outros fomentos.

Há de se registrar também que, em 2019, a Universidade Federal Fluminense (UFF) lançou um edital de financiamento para incentivar as mães pesquisadoras, e em dezembro de 2020, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) publicou um Ato Executivo de Decisão Administrativa ampliando o período de contagem de pontos no processo seletivo para o Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística (PROCIÊNCIA). Esse incentivo visa adicionar um ano para contabilizar as produções acadêmicas para as docentes que entrarem em licença-maternidade até cinco anos da seleção, válido para mães biológicas, adotivas e não gestantes em união homoafetiva.

### Refúgio nas atividades domésticas

O trabalho doméstico é compreendido como aqueles incontáveis afazeres, como: lavar, passar, cozinhar, arrumar a casa, ir às compras, varrer o chão, entre outros. Essas atividades ocupam, em média, de três mil a quatro mil horas do ano de uma dona de casa (Davis, 2016). Além de serem tarefas penosas e invisíveis, são percebidas apenas quando não são realizadas.

De acordo com Hildete Pereira de Melo, em entrevista realizada para a Folha de São Paulo em 2011, as atividades domésticas são “condições de trabalho marcadas pelo estigma herdado socialmente de desvalorização do trabalho feminino na realização das tarefas de reprodução da vida” (Melo, 2011, p.1).

No entanto, nota-se que, apesar do trabalho doméstico ser caracterizado como repetitivo, improdutivo, exaustivo, nada criativo e ter aumentado consideravelmente durante a pandemia, as entrevistadas vislumbraram a possibilidade do trabalho doméstico como escape. *“Eu sempre usei as tarefas domésticas como uma forma de desopilar. Eu acho que é isso, para quem não tem muitos problemas em casa é tranquilo usar as tarefas domésticas”*.

Observa-se que o trabalho doméstico, em alguns casos, tem funcionado como uma tentativa de se desligar da rotina pesada docente. A migração para o ensino remoto, apresentou novas habilidades, exigindo criatividade e produtividade para além do habitual. Ter que atender a todas as demandas provocou, segundo Duarte (2011), uma sensação de perda de identidade e de questionamento da capacidade entre as professoras.

Por conseguinte, ao se refugiarem nas atividades domésticas, elas não percebem o quanto podem estar em sofrimento. Sabe-se que o trabalho doméstico nunca foi concebido como prazeroso, pelo contrário, sempre foi considerado como elemento essencial da opressão feminina (Davis, 2016).

De acordo com Ávila e Ferreira (2014), o trabalho doméstico sempre foi imputado às mulheres e para todas as classes. Atualmente, elas estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho, sem que ocorra uma mudança na sua relação com o trabalho doméstico, demonstrando uma contradição entre autonomia financeira e sobrecarga de trabalho. No entanto, para Melo (2011), o trabalho doméstico é um eterno refúgio para as mulheres pobres por não terem outra saída, já que possuem baixa escolaridade.

A pesquisa realizada pelo Observatório da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e pelo Instituto de Pesquisas Sociais e Políticas Econômicas (IPESPE) revelou uma intensificação do trabalho doméstico no período da pandemia que se estendeu até os dias atuais (Mello, 2020), refletindo no aumento da sobrecarga no trabalho das mulheres. Assim, entende-se que as docentes que concebem o trabalho doméstico como escape podem estar em processos de sofrimento em razão da conciliação entre as esferas.

Os estudos de Diniz (2004, p. 114) indicam que: a saúde mental das mulheres não deve ser compreendida como algo individual ou isolado, mas como “resultado da inter-relação dinâmica entre processos de naturezas diversas”. Desse modo, pode-se afirmar que o excesso de trabalho derivado das multitarefas, associa-se ao escape que o trabalho doméstico proporcionou às entrevistadas. Em seus depoimentos constatou-se que elas se sentem exaustas, cansadas e adoecidas.

Para Hargreaves (1998) essa intensificação leva à redução do tempo de relaxamento durante o dia de trabalho, do tempo para almoçar e para atualização profissional. “*Meu sentimento é de sobrecarga e de tensão, de extremo cansaço...*”. Pinho e Araújo (2012) destacam que o demasiado volume de trabalho torna as mulheres mais suscetíveis do que os homens a desenvolverem sintomas de angústia psicológica e de desordens depressivas. Barros (2019) concorda com os autores e explica que a situação do isolamento social, do número de mortes, do excesso de cobranças e de tarefas, configura um indicador de doenças psíquicas, como: “[...] ansiedade generalizada, depressão, pânico e distúrbios de somatização” (p. 81), o que contribui para a precarização do trabalho docente.

No entanto, vale sinalizar que, de acordo com os estudos de Pontes e Rostas (2020), o adoecimento e a sobrecarga de trabalho não surgem com a Covid-19; a pandemia apenas evidenciou esses fatores. Logo, este cenário de “novos” padrões de trabalho, tem gerado “instabilidade emocional e psicológica com efeitos psicossomáticos no organismo, atingindo diretamente o professor, que apesar do trabalho essencialmente intelectual sobrecarrega-se ao limite” (p. 279). Assim, o relato das docentes aponta que elas não têm mais horas de descanso, de lazer e de cuidado de si. Ficam confinadas em suas casas, com a responsabilidade da reprodução social da vida, do cuidado e de manter os padrões de produtividade.



## Considerações finais

Nota-se que a divisão sexual do trabalho permanece latente na docência do ensino superior e, que apesar dos avanços conquistados pelas mulheres nos últimos anos, o seu trabalho continua desvalorizado comparado ao dos homens. A pandemia foi um exemplo de quanto as desigualdades de gênero e de raça ainda persistem na área da educação, visto que as docentes além de terem que dar conta das atividades laborais, foram as mais requisitadas para os trabalhos domésticos, para o cuidado dos filhos e dos familiares idosos. Foram também as que menos produziram e as que mais adoeceram com a dupla jornada de trabalho.

A questão do acúmulo do trabalho remunerado com as atividades domésticas têm sido um ponto-chave nos processos de adoecimento entre as docentes. Elas expressaram uma desigual distribuição de responsabilidade na produção e reprodução social da existência, além da desvalorização de seus trabalhos.

Assim, pode-se dizer que a sobrecarga de trabalho que tem sido imposta às docentes, em razão do acúmulo de atividades, potencializa o adoecimento e propicia o desenvolvimento de determinadas doenças laborais. No entanto, mesmo relatando sofrimento e desafio de ter que lidar com a divisão sexual do trabalho, elas se sentem realizadas com o trabalho que realizam na docência, ainda que estando cansadas e sobrecarregadas.

Não se pode negar que a desvalorização da profissão também é um dos fatores que impactam nos processos de adoecimento. Por tratar-se de uma atividade profissional que exige muita dedicação, as docentes acabam se envolvendo a tal ponto que não percebem que estão adoecidas. E quando percebem, em alguns casos, já é tarde demais.

Sendo assim, pode-se afirmar que as muitas demandas, tanto do trabalho produtivo quanto do reprodutivo, a carga horária excessiva e sem limites, as dificuldades nas relações interpessoais, a falta de tempo para o planejamento e o aperfeiçoamento do fazer profissional, a competitividade por produção e a falta de tempo para o cuidado de si, são desafios enfrentados cotidianamente pelas entrevistadas e que, conseqüentemente, têm impactado na sobrecarga de trabalho e no adoecimento das docentes do ensino superior. As falas das docentes nos preocupam e nos revelam que o desenvolvimento de algumas doenças, como *Burnout* e a depressão, comprometem o exercício profissional e a própria vida delas.

## Referências

AROCENA, R. R. Cambio técnico y democracia en el subdesarrollo. In: LUJÁN, J. L.; ECHEVERRÍA, J. (Orgs.). **Gobernar los riesgos: ciencia y valores en la sociedad del riesgo**. Madrid: Biblioteca Nueva/Organização dos Estados Ibero-americanos, p. 207- 223, 2004.

ÁVILA. M. B. Vida Cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, set. 2004.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, **Instituto Patrícia Galvão**, 2014.

BARROS, B. S. **Saúde Mental do Professor**: uma questão de sobrevivência profissional. Goiânia: Editora Philos, 2019.

BONIATTI, I. M. Transitando entre o público e o privado: estratégias ficcionais de Ana Cristina César. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 16, n. 3, set./dez. 2011. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1264/888>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BOUERI, A. G.; ASSIS, C. Sem considerar maternidade, ciência brasileira ainda penaliza mulheres. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro, 20 jun. 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/sem-considerar-maternidade-ciencia-brasileira-ainda-penaliza-mulheres/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRUNO, M. M. Pandemia acentua dificuldades para acadêmicas negras e mães. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro, 8 jul. 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/pandemia-dificuldades-pesquisadoras-negras-maes>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRUSCHINI, C. Trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. *In*: SAFFIOTTI, H. I. B.; MUÑOZ-VARGAS, M. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS: Brasília, D.F.: Unicef, 1994, p. 539-541.

CARLOTO, C. M. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 2, 2002. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v4n2\\_carlotto.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm). Acesso em: 27 dez. 2018.

CANDIDO, M. R.; CAMPOS, L. A. Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres. **Blog DADOS**, 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres>. Acesso em: 19 jun. 2021.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2ª. ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.

COLTRANE, S. Research on household labor: Modeling and measuring the social embeddedness of routine family work. **Journal of Marriage and the Family**, n. 62, p. 1208-1233, 2000.

COSTA, F. A. Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Minas, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15986/13632>. Acesso em: 08 ago. 2024.

CRENSHAW, K. W. **Mapping the Margins**: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. 1994. Disponível em: <https://supportnewyork.files.wordpress.com/2018/04/mapping-the-margins.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, França, v. 14, n.3, p. 7-34, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/V76xtc8NmKqDWHd6sh7Jsmq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- DINIZ, G. Mulher, trabalho e saúde mental. *In*: CODO, W. (org.). **O trabalho enlouquece?** Um encontro entre a clínica e o trabalho. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 138-195.
- DUARTE, A. M. C. Políticas educacionais e o trabalho docente na atualidade: tendências e contradições. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C. (org.). **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 161-182, 2011.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- HARGREAVES, A. **Os professores em tempos de mudança** – O Trabalho e a Cultura dos Professores na Idade Pós-Moderna. Lisboa: McGraw Hill, 1998.
- HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?** um olhar voltado para empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de gênero: **Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em: 25 set. 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD: mercado de trabalho brasileiro**, 4o trimestre de 2017. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos). Acesso em: 13 nov. 2019.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações de sexo. *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 67-75.
- LAWSON, M.; BUTT, A. P.; HARVEY, R.; SAROSI, D.; COFFEY, C.; PIAGET, K.; THEKKUDAH, J. Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. **Documento informativo da OXFAM**, jan. 2020. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120\\_Tempo\\_de\\_Cuidar\\_PT-BR\\_sumario\\_executivo.pdf](https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf). Acesso em: 29 jul. 2021.
- LORDE, A. **Irmã outsider**. Tradução Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autentica editora, 2019.
- MARCONDES, M. M. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização, 2014. *In*: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, Instituto Patrícia Galvão, 2014.

MELO, H. P. Trabalho doméstico é eterno refúgio de mulheres pobres. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 fev. 2011. Edição especial, seção mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2002201115.htm>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MELLO, D. Famílias apontam aumento do trabalho doméstico durante a pandemia. **Agência Brasil**. São Paulo, 22 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/familias-apontam-aumento-do-trabalho-domestico-durante-pandemia>. Acesso em: 25 jul. 2024.

NASCIMENTO, C. R. R. Masculino e feminino no contexto da família: representações sociais e práticas educativas em famílias de classe popular. 2006. 249 f. **Tese** (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

NETO, A.; TANURE, B.; ANDRADE, J. Executivas: Carreira, maternidade, amores e preconceitos. **RAE elétron**. São Paulo, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482010000100004>. Acesso em: 09 set. 2020.

NOOR, N. M. Work-family conflict, locus of control, and women's well-being: tests of alternative pathways. **The Journal of Social Psychology**, Malásia, v. 142, n. 5, 2002, p. 645-662. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2002-18372-007>. Acesso em: 08 ago. 2024.

PONTES, F. R.; ROSTAS, M. H. S. G. Precarização do trabalho do docente e adoecimento: Covid-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema**, [S.l.], v.18, edição especial, 2020, p. 278-300. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1923>. Acesso em: 08 ago. 2024.

RODRIGUES, L. Estudo revela tamanho da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Fatores como afazeres domésticos trazem limitações. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 4 mar. Economia, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03>. Acesso em: 10 set. 2021.

SALAS, P. O malabarismo de ser mãe e professora na quarentena. **Revista Nova Escola**, 20 jul. 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19529/dupla-jornada-os-desafios-das-professoras-que-sao-maes-durante-a-quarentena>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SANTOS, I.; COSTA, L.; MEIRELLES, L.; LIMA, M. Algumas palavras...sobre a sobrecarga das mulheres em tempos de pandemia. Ministério da Educação: Brasília, **Instituto Federal de Brasília**, 2020. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/reitori/24084-algumas-palavras-sobre-a-sobrecarga-das-mulheres-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SILVA, E. P. Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. **Revista de Psicologia: Teoria e Prática** (Online), São Paulo, v. 17, n. 1, p. 61-71, 2015. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v17n1/06.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

SILVA, R. Construção de indicadores para gestão de tecnologia de informação e comunicação na educação: um Estudo de Caso. 2017. **Tese** (Doutorado) - Programa de

Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnologia, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.